

Empreendedorismo turístico em pequenos territórios insulares: Uma análise institucional

JEREMIAS DIAS FURTADO * [jeremias.furtado@docente.univc.edu.cv]

ANTONIA MERCEDES GARCÍA-CABRERA ** [antonia.garcia@ulpgc.es]

MARÍA GRACIA GARCÍA-SOTO *** [agarcia@dede.ulpgc.es]

Resumo | Considerando que as deficiências verificadas no plano institucional de um território inibem a atividade empreendedora da população aí residente, o presente trabalho tem como objetivo esclarecer as relações que justificam tal influência para, a partir do seu conhecimento, encontrar os mecanismos que possibilitem reverter a situação. Especificamente, os interesses de investigação dos autores giram em torno da identificação daqueles fatores institucionais que permitem estimular a atividade turística nas Pequenas Economias Insulares em Desenvolvimento (PEID), nas quais tal atividade empresarial representa uma oportunidade real para alcançar o crescimento económico. Assim, o presente artigo procura dar resposta à seguinte pergunta de partida: que fatores institucionais do ambiente influem na decisão de fundar uma empresa no setor turístico numa PEID? Os resultados encontrados permitem estabelecer diversas proposições de investigação que devem ser exploradas empiricamente para melhorar a compreensão do fenómeno do empreendedorismo turístico e a sua promoção efetiva em tais contextos económicos.

Palavras-chave | Empreendedorismo, Turismo, Pequenas Economias Insulares em Desenvolvimento (PEID), Neoinstitucionalismo, Mudança institucional.

Abstract | As institutional deficiencies in a territory inhibit the entrepreneurial activity of the resident population, this work aims to clarify the relationships that justify such influences in order to, starting from its knowledge, find mechanisms that may reverse the situation. Specifically, this research revolves around the identification of those institutional factors that serve to boost the tourism in Small Island Developing States (SIDS) economies, where such business activity represents an opportunity to achieve economic growth. Thus, this article aims to answer the following research question: What

* **Mestre em Direito** pela Universidade de Shevtchénko de Kiev (Ucrânia) e **Mestre em Ciências Sociais – Estudos Africanos** pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. **Professor** na Universidade de Cabo Verde.

** **Doutora em Ciências Económicas e Empresariais** pela da Universidade de Las Palmas de Gran Canaria, Espanha. **Professora** da área de Organização e Gestão de Negócios da Universidade de Las Palmas de Gran Canaria, Espanha.

*** **Doutora em Ciências Económicas e Empresariais** pela da Universidade de Las Palmas de Gran Canaria, Espanha. **Professora** da área de Organização e Gestão de Negócios da Universidade de Las Palmas de Gran Canaria, Espanha.

institutional factors influence the individuals' decision to start a venture in the tourism sector in SIDS? Results established several research propositions that should be empirically explored to improve the understanding of tourist development and its effective promotion in such economic contexts.

Keywords | Entrepreneurship, Tourism, Small Island Developing States (SIDS), Neoinstitutionalism, Institutional change.

1. Introdução

Apesar de ser prolífica a literatura no campo do empreendedorismo, o debate sobre como estimular nos territórios a criação de novas empresas intensificou-se entre os académicos de forma crescente, nos últimos anos. Isto tem sido assim, devido ao papel destacado que o empreendedorismo joga na economia, ao ser o motor do desenvolvimento socioeconómico em qualquer território, particularmente, nas Pequenas Economias Insulares em Desenvolvimento (PEID), tal como asseguram autores como Buhalis (1999) ou Logossah e Maupertuis (2007). Devido a este facto, as organizações internacionais têm realizado amplos esforços no sentido de estimular o crescimento económico das economias menos avançadas, através do empreendedorismo. Nesse afã, tem-se destacado os fatores do ambiente que condicionam o comportamento empreendedor (De Clercq, Danis & Dakhli, 2010; García-Cabrera & García-Soto, 2008), se bem que nem sempre com os resultados esperados. Por causa disso, esta investigação centra-se no estudo daqueles fatores do ambiente condicionantes da decisão de empreender, recorrendo-se à teoria neoinstitucional ou neoinstitucionalismo, a qual oferece fundamentos sólidos para analisar essa questão.

O neoinstitucionalismo advoga que os fatores do ambiente institucional influem no comportamento dos indivíduos em geral, e dos empreendedores em particular (Urbano, Díaz & Hernández, 2007), sendo que para a presente investigação revelam-se de particular importância os trabalhos que defendem tal influência no contexto das PEID (Buhalis, 1999). Especificamente perante as abordagens institucionais

tradicionais que enfatizam a conformidade e a adaptação do indivíduo às normas institucionais, o neoinstitucionalismo concede grande importância à mudança institucional e ao papel dos diferentes atores económicos, políticos e sociais nesses processos de mudança (North, 2005) tão necessários para estabelecer aquelas condições do ambiente que estimulem o empresariado local.

No presente trabalho os autores amparam-se nos seus preceitos para descobrir os fatores que determinam o empreendedorismo numa PEID. Ao fazê-lo, admitem como hipótese básica que os fatores institucionais do ambiente se instrumentam e se materializam em diferentes elementos (e.g., leis, valores culturais, práticas empresariais socialmente admitidas) que interatuam e se reforçam mutuamente para condicionarem a atuação empreendedora dos indivíduos (García-Cabrera & García-Soto, 2008).

Com efeito, as instituições são basicamente o resultado de um processo de aprendizagem social, de forma que estão enraizadas na cultura da população de cada território. Por esta razão, apresentam um carácter estável no tempo, e além disso, para o caso particular das PEID, podem ser desfavoráveis para o empreendedorismo. Assim sendo, cabe questionar-se sobre a melhor forma de incrementar uma mudança institucional, de que resulte um ambiente propício para a criação de empresas em tais economias. Dado que cada marco institucional pode oferecer diferentes forças e fraquezas a distintos tipos ou setores de atividade económica, parece aconselhável a eleição de um setor específico de atividade para a realização da investigação. Atendendo à esta sugestão, o presente trabalho escolhe o setor turístico devido ao facto deste ser sobejamente reconhecido como um eixo

estratégico para o desenvolvimento socioeconómico das economias emergentes (Liu & Wall, 2006), entre as quais se podem encontrar as PEID. Partindo destas ideias prévias, no presente trabalho procurou-se responder à seguinte questão de investigação: que fatores institucionais do ambiente influem na decisão de fundar uma empresa no setor turístico numa PEID? Para responder a esta dúvida procurou-se, tanto argumentos teóricos na literatura, como evidências empíricas mediante a realização de um estudo em Cabo Verde. A resposta que é oferecida à questão levantada permite estabelecer novas relações sobre a incidência das instituições sobre o empreendedorismo que se leve a cabo em contextos setoriais e económicos específicos, a saber, o setor turístico e as PEID.

2. Empreendedorismo na perspetiva neoinstitucional

O termo empreendedorismo faz referência à ação de criar uma nova empresa, ou seja, ao processo pelo qual um indivíduo acede a uma ideia de negócio e organiza os recursos necessários para aproveitá-la, assumindo com isto, um risco económico, com o propósito da obtenção de benefícios (Buhalis, 1999). O referencial teórico utilizado em muitos estudos é a teoria neoinstitucional (North, 2005), perspetiva a que se recorre neste estudo para compreender que o ambiente exerce diferentes pressões que ora incentivam ora inibem o comportamento empreendedor (Urbano et al., 2007) nas PEID.

As instituições correspondem-se com as regras de jogo que proporcionam estrutura aos intercâmbios que se produzem entre os agentes no mercado (North, 1993a) e determinam a viabilidade de realizar uma atividade económica com fins lucrativos. Atendendo a esta teorização, o tipo de organização que se crie dependerá sempre das oportunidades proporcionadas pelo marco institucional (North, 1993b). Segundo Scott (1995) as instituições podem

ser: regulativas, normativas e cognitivas. A dimensão regulativa inclui as leis e políticas formuladas pelo Governo, com o objetivo de promover certos tipos de comportamento e restringir outros (Scott, 1995). A dimensão normativa inclui as normas e valores sobre o comportamento humano admissível e definem os objetivos socialmente aceitáveis (e.g., obter benefícios), mas também as formas adequadas para buscar a sua consecução (e.g., práticas comerciais éticas) (Huang & Sternquist, 2007). A dimensão cognitiva reflete o conhecimento económico-empresarial compartilhado pelas organizações e indivíduos de um território e inclui as decisões e formas organizativas que tenham sido aplicadas com sucesso por outras organizações. Tais elementos contêm esquemas válidos que ajudam aos decisores, quando enfrentam um certo nível de incertezas, a escolher entre as alternativas possíveis (Scott, 1995).

Para os institucionalistas, as instituições do ambiente entrelaçam-se e reforçam-se dificultando-se assim a sua transformação. Na verdade, o neoinstitucionalismo destaca a capacidade dos atores para influir nas regras do jogo, correspondendo-lhes, por tanto, um papel protagonista na geração de mudança institucional (North, 1993a). Nesta tarefa, pode ser fundamental o trabalho dos agentes políticos que, mediante suas decisões baseadas na autoridade formal, podem propiciar mudança institucional, atuando sobre aquelas instituições que condicionam as atitudes populacionais, conducentes à criação de empresas e o tipo de empresas que se criem no tempo (Urbano et al., 2007). A questão principal reside, por conseguinte, em identificar aquelas instituições que especificamente permitem desenvolver o empreendedorismo turístico nas PEID.

3. Empreendedorismo turístico nas pequenas economias insulares (PEID)

PEID são economias insulares pequenas e vulneráveis (Buhalis, 1999), as quais coincidem,

principalmente, com países e/ou territórios de África, Caraíbas e Pacífico. As suas economias estão em desenvolvimento, ou melhor, se incluem dentro do grupo de países menos avançados ou daqueles de crescimento médio. Quanto às suas características específicas, destacam-se limitações que as impedem de beneficiar-se dos efeitos positivos das economias de escala, devido ao seu isolamento e afastamento dos continentes (Logossah & Maupertuis, 2007), traduzidas, geralmente, em elevados custos logísticos e reduzida capacidade de competitividade externa. Com base nestes fatores, a atividade industrial baseada na produção de bens transacionáveis realizada nesses territórios padece, à partida, da falta de competitividade.

Neste contexto, a especialização turística representa uma oportunidade para o desenvolvimento das PEID (Logossah & Maupertuis, 2007; Organización Mundial del Turismo, 2012). A especialização turística deve ser entendida como um *cluster* de atividades (i.e., oferta de vagas de alojamento, restauração, equipamentos autónomos de animação¹) caracterizado por possuir taxas relativamente altas de crescimento económico, como resultado de uma intensa atividade empreendedora turística nesse setor. A escolha desta estratégia de desenvolvimento parece apropriada, devido à forte dotação natural de recursos turísticos destes territórios (OMT, 2012) que, diferenciando-se dos demais, oferecem alternativas (e.g., ecoturismo, turismo cultural, turismo de montanha, entre outros) (Sousa, Silva & Fonseca, 2013).

O crescente reconhecimento do turismo como estratégia de desenvolvimento económico reflete-se num elevado número de planos turísticos elaborados nas últimas décadas em diferentes territórios. Segundo alguns autores (e.g., Liu & Wall, 2006), a planificação feita para promover a atividade turística nem sempre tem dado bons resultados, quer para o desenvolvimento do setor quer para atividade económica em si no território em causa. Além disso, dado que as PEID possuem importantes singularidades, requerem de planos especiais, destinados a desenvolver capacidades

humanas e institucionais necessárias para alavancar o desenvolvimento do turismo (United Nations Conference on Trade and Development, 2010).

Dado que o sucesso da especialização turística de um território depende da construção de um *cluster* turístico, a presente investigação pode dar um contributo significativo neste sentido, ao permitir a identificação dos fatores institucionais que influem diretamente na decisão de criação de empresas turísticas nas pequenas economias.

4. Cabo Verde: Estudo de caso de uma pequena economia insular

Cabo Verde é um país arquipelágico, composto por dez ilhas e oito ilhéus. Está geograficamente situado a 450 quilómetros de Senegal e suas características geográficas e socioeconómicas o fazem merecer a condição de PEID. Cabo Verde é um dos poucos países democráticos e politicamente estáveis do continente africano e aquele que mais se tem desenvolvido do ponto de vista económico, depois de ter liberalizado a sua economia na década de noventa. Esta liberalização foi levada a cabo mediante reformas nas suas instituições regulativas, com vista a estabelecer uma democracia, privatizar empresas públicas e estimular o empreendedorismo, com o fim de fortalecer o tecido empresarial nacional e o setor privado (Rosário, 2011). Como resultado, este país tem sido considerado um dos dez países africanos mais reformadores em 2010.

Cabo Verde tem logrado fazer parte do grupo dos cinco países de maior sucesso de África. Esta catalogação é sustentada por uma melhoria da taxa de desemprego, um avanço da renda *per capita*, e uma evolução do Produto Interno Bruto nominal.

¹ Tais como, por exemplo, campos de golfe; marinas, portos e docas de recreio; instalações de spa, balneoterapia, talassoterapia e outras semelhantes; centros de convenções e de congressos; centros equestres; casinos e salas de jogo; kartódromos; parques temáticos; centros e escolas de mergulho; ou outros equipamentos de animação autónomos admitidos nos Planos de Ordenamento Turísticos, quando aplicáveis.

Não obstante, Cabo Verde ainda enfrenta desafios enormes em matéria de pobreza, desemprego e falta de infraestrutura económica.

Cabo Verde, de modo semelhante a outras PEID, escolheu a especialização turística como via estratégica para o desenvolvimento socioeconómico. Assim, a sua economia caracteriza-se por uma clara relevância do setor serviços, que contribui em 50% na economia do país. O setor turístico representa 18% desse valor, absorvendo 15% do emprego total e mais de 90% dos fluxos de investimento direto estrangeiro. Apesar de que todas as ilhas do arquipélago possuem um potencial de recursos territoriais turísticos (Sousa et al., 2013), só quatro delas açambarcam, na prática, a totalidade do negócio turístico: Sal, Santiago, Boavista e São Vicente.

Dado que a especialização turística se consegue só no âmbito de umas taxas altas da criação de novas empresas no setor, no presente trabalho responde-se à seguinte pergunta: que fatores institucionais do ambiente influem na decisão de fundar uma empresa no setor turístico numa PEID? Para lhe dar resposta, em junho de 2012, foi realizado um estudo empírico, com o propósito de conhecer a avaliação que os cabo-verdianos fazem sobre a qualidade das instituições regulativas, normativas e cognitivas que afetam a criação de empresas no setor turístico, assim como sobre a proporção em que tais instituições condicionaram o comportamento empreendedor daqueles que decidiram fundar uma empresa neste setor.

4.1. Metodologia de investigação

Na realização do trabalho empírico foram considerados como população de estudo, aqueles indivíduos residentes em Cabo Verde, com a idade superior a 15 anos, sendo este o limite a partir do qual pode produzir-se a incorporação ao mercado laboral. Nesta base, o universo de estudo ascende a 491.875 indivíduos em 2010 (INE, 2011), pelo que admitindo uma taxa de erro de 4,59%, o tamanho da amostra

definido é de 237 indivíduos. Especificamente, o estudo foi realizado nas ilhas de Sal, Boavista, Santiago e São Vicente, por se encontrarem no grupo das de maior desenvolvimento turístico e nas de Fogo e Maio, de menor desenvolvimento. Para a recolha de informações foi utilizado um questionário estruturado. Para a conformação das escalas relacionadas com as estruturas institucionais foram atendidas as sugestões de autores (e.g., De Clercq et al., 2010), se bem que estas foram construídas para os fins específicos da investigação aqui proposta (escala de cinco pontos, em que um corresponde a 'total desacordo' e cinco a 'total acordo').

4.2. Análise de resultados

Os resultados alcançados para as instituições regulativas são indicados no quadro 1. Na opinião dos cabo-verdianos existem regulamentos relativos à criação de novos negócios (3,92) e rapidez administrativa no que se refere à oferta imediata de serviços da administração fiscal (3,89) ou de registo de empresas no dia (3,75), sendo estas instituições apreciadas positivamente (i.e., com uma pontuação superior a três) por 88,6% dos entrevistados. Com efeito, a regionalização seria bem vista pelos empreendedores atuais e potenciais (3,71), inferindo-se assim, existir uma necessidade de descentralização administrativa. Finalmente, com relação a estas instituições, destaca-se que os cabo-verdianos reconhecem o apoio governamental conducente à criação e consolidação de empresas no setor turístico, obtendo estas uma apreciação positiva por 75,1% e 73% da amostra, respetivamente.

As instituições normativas relacionam-se com as crenças e comportamentos considerados socialmente aceitáveis e desejáveis num território. A avaliação das mesmas por parte dos cabo-verdianos é indicada no quadro 2 e, como se pode apreciar, para todas elas mais de 75% dos entrevistados apreciam positivamente (i.e., acima de três) estas instituições. Concretamente, é bem visto que uma mulher decida

Quadro 1 | Perceção das instituições regulativas.

Dimensão regulativa	Média*	Desvio padrão	Valor ≥ 3 (%)**
Existem leis e regulamentos governamentais relativos à criação de novos negócios	3,92	0,780	74,7
A oferta imediata dos serviços de administração fiscal (ex: CAF, NIF) facilita a atividade empresarial	3,89	1,073	88,6
A oferta do serviço 'registo de empresa no dia' incentiva a criação de empresas	3,75	1,010	88,6
A regionalização seria bem vista pelos cidadãos, candidatos a empresários e empresários já instalados	3,71	0,993	86,9
Existem normas regulativas para assegurar a qualidade dos produtos e serviços prestados pelas empresas	3,35	1,009	81,0
A fixação do salário mínimo nacional é boa para a criação de novas empresas	3,26	1,093	75,5
As novas empresas conseguem as autorizações e licenças em pouco tempo	3,06	1,139	71,3
As leis se aplicam às novas empresas de uma forma previsível e coerente	2,98	0,836	74,3
Existe informação disponível sobre como pôr em marcha e gerir um novo negócio	2,96	1,119	64,1
Oferece-se formação necessária para que os indivíduos que o desejem possam criar um novo negócio	2,90	1,083	64,2
Os regulamentos sobre as novas empresas e empresas em crescimento são adequados e eficazes	2,88	0,894	70,4
Existe uma boa oferta de formação profissional que capacita trabalhadores disponíveis para a contratação	2,78	0,930	64,6
Existem cursos de formação contínua para melhorar os conhecimentos e competências dos empregados	2,69	0,993	60,3
A administração realiza controlos regulares para verificar a qualidade dos produtos e serviços que oferecem	2,67	0,966	56,5
A flexibilidade dos acordos comerciais favorece a criação de empresas	2,64	0,931	57,8
A pressão fiscal existente é favorável para as novas empresas e empresas em crescimento	2,55	1,031	49,3
A flexibilidade laboral favorece a atividade empresarial	2,54	0,954	50,2
Existem ajudas públicas para apoiar a criação de novos negócios	2,47	1,044	48,1
O pacote de incentivos à atividade empresarial é suficiente para a criação de novos negócios	2,41	0,973	45,1
A centralização administrativa de muitos serviços do Estado favorece a criação de empresas	2,40	1,010	43,4
A situação económica geral é boa e favorece a criação de empresas	2,35	1,112	41,4
A rapidez da justiça favorece a atividade empresarial	1,94	1,056	22,8
O apoio e a atuação do Governo facilitam a criação de empresas no sector turístico	3,03	0,947	75,1
O apoio e a atuação do Governo facilitam a consolidação das empresas no sector turístico	3,00	0,966	73,0

Legenda: * Valores superiores a 2,5 indicam que, em média, os indivíduos da amostra entendem que estas estruturas institucionais regulativas existem no país.

** Percentagem de indivíduos que responderam com um valor igual o superior a três.

Nota: Número de indivíduos da amostra (n) = 237. Fonte: Elaboração própria.

pôr em marcha seu próprio negócio (4,22) se considera que bons empresários são aqueles que disponibilizam produtos e serviços de qualidade a seus clientes (4,07). Também se considera que ser empresário é uma opção profissional desejável (3,95), porquanto estes gozam de um alto *status* e respeito na sociedade (3,93). Em termos globais, os próprios entrevistados indicam que os valores existentes no país representam um estímulo para a criação (3,32) e consolidação (3,30) de novas

empresas no setor turístico. Evidentemente, estas instituições normativas ou cultura populacional representam um importante ativo do país.

As instituições cognitivas, finalmente, dizem respeito ao conhecimento económico-empresarial existente na população, e a sua avaliação se apresenta no quadro 3. Nelas se destaca a predisposição da população em imitar os modelos empresariais adotados tanto pelas empresas de êxito tanto locais (3,76) como estrangeiras (3,29),

Quadro 2 | Perceção das instituições normativas.

Dimensão normativa	Média*	Desvio padrão	Valor ≥ 3 (%)**
É bem visto que uma mulher decida pôr em marcha a sua própria empresa ou negócio	4,22	0,779	97,9
Considera-se que são bons empresários, aqueles que realizam oferta de qualidade aos seus clientes	4,07	0,815	96,2
Considera-se que converter-se em um empreendedor é uma opção profissional desejável	3,95	0,829	94,9
Os empresários de êxito gozam de um alto estatuto e respeito na sociedade	3,93	0,838	95,4
A criação de novas empresas é considerada uma forma adequada de fazer fortuna	3,71	1,010	89,0
A maioria das pessoas pensa que os empresários são indivíduos competentes e auto-sustentáveis	3,68	0,905	89,5
Valorizam-se positivamente as habilidades empresariais, a capacidade criativa e o pensamento inovador	3,67	0,850	92,0
Quem cria novos negócios é destacada nos meios de comunicação, como uma pessoa de êxito	3,52	0,928	87,8
A qualidade no atendimento ao cliente é uma norma que se leva muito a sério	3,19	0,997	78,1
As opiniões e valores da população facilitam a criação de empresas no sector turístico	3,32	0,883	83,3
As opiniões e valores da população facilitam a consolidação de empresas no sector turístico	3,30	0,857	84,1

Legenda: * Valores superiores a 2,5 indicam que, em média, os indivíduos da amostra entendem que estas estruturas institucionais normativas existem no país.

** Percentagem de indivíduos que responderam com valor igual ou superior a três.

Nota: Número de indivíduos da amostra (n) = 237. Fonte: Elaboração própria.

observando-se que o medo ao fracasso é um dos motivos que tolhe muitas pessoas de empreenderem (3,47). Adicionalmente, o conhecimento empresarial no município é crítico, o que é testemunhado pelo facto de todo o mundo conhecer alguém que, no seu município, tenha criado, pelo menos, uma empresa (3,31) e de existirem muitas pessoas com experiência em relação à criação de um negócio (3,2). Tal conhecimento empreendedor contrasta, todavia, com a falta de formação da força laboral no país, com claras deficiências em matéria de conhecimento de linguas estrangeiras (2,46) ou experiência em gestão de empresas (2,7), entre outras. Quanto ao setor turístico, também consideram que o conhecimento existente no território facilita a criação (3,08) e a consolidação (3,07) de empresas turísticas.

Finalmente, como parte da análise realizada, foram comparadas as respostas dadas pelos empresários com as dos restantes entrevistados (Quadro 4). Esta análise comparativa permite identificar a existência de diferenças significativas entre ambos os grupos, naquilo que concerne à sua valoração das instituições e, por conseguinte,

uma melhor identificação daquelas relacionadas com o empreendedorismo. Os resultados indicam que aqueles que decidem ser empresários são precisamente os que mais positivamente valorizam a existência de leis favoráveis a novas empresas e de valores sociais e de conhecimento acumulado em matéria de qualidade de serviço, aliás, uma prática empresarial de elevada importância para se alcançar o sucesso no setor turístico.

5. Instituições e empreendedorismo em pequenas economias insulares: Proposições de investigação

Nesta seção é apresentada uma discussão sobre as evidências encontradas para, a partir delas, serem formuladas diferentes proposições da pesquisa. Do ponto de vista regulativo, a qualidade do entorno institucional refere-se à estrutura legal que prevê incentivos para o empreendedorismo (e.g., as taxas de impostos, incentivos fiscais, procedimentos legais adequados), bem como o estabelecimento daquelas

Quadro 3 | Perceção das instituições cognitivas.

Dimensão cognitiva	Média*	Desvio padrão	Valor ≥ 3 (%)**
É habitual imitar-se as empresas locais de sucesso, para criar negócios similares aos seus	3,76	1,029	88,2
O medo de fracassar impede que as pessoas ponham em marcha o seu negócio	3,47	1,027	82,3
Quase todo a gente conhece alguém que tenha posto em marcha um negócio recentemente	3,31	0,958	81,5
É habitual imitar as empresas estrangeiras de êxito, criando negócios similares aos seus	3,29	1,140	74,2
Existem muitas pessoas com experiência na criação de um novo negócio	3,20	0,956	76,8
Muitas pessoas são capazes de organizar os recursos necessários para criar um novo negócio	2,95	1,001	64,9
Existe uma força laboral com estudos universitários	2,92	1,034	67,9
Muitas pessoas sabem como reagir às boas oportunidades criando novos negócios	2,79	1,010	61,1
A maioria das pessoas sabe como dirigir um pequeno negócio	2,79	1,137	58,3
Existe uma força laboral com experiência em prestação de serviços e atendimento ao cliente	2,78	0,907	67,0
Muitas pessoas conhecem as exigências que em matéria de qualidade exigem os clientes	2,75	0,917	60,3
Existem uma força laboral com experiência em gestão de empresas	2,70	0,935	63,7
Existe uma força laboral com conhecimentos de línguas estrangeiras	2,46	0,909	48,6
O conhecimento e carácter da população facilitam a criação de empresas no sector turístico	3,08	0,938	75,1
O conhecimento e carácter da população facilitam a consolidação de empresas no sector turístico	3,07	0,929	74,7
O apoio e a atuação do Governo facilitam a consolidação das empresas no sector turístico	3,00	0,966	73,0

Legenda: * Valores superiores a 2,5 indicaram que, em média, os indivíduos da amostra entendem que estas estruturas institucionais cognitivas existem no país.

** Percentagem de indivíduos que responderam com um valor igual o superior a três.

Nota: Número de indivíduos da amostra (n) = 237. Fonte: Elaboração própria.

Quadro 4 | Dimensões institucionais e empreendedorismo.

Dimensão cognitiva	Média		Teste t de igualdade de médias
	Não empresário (n=144)	Empresário (n=99)	
Regulativa			
Os regulamentos sobre as novas empresas e empresas em crescimento são adequados e eficazes	2,74	3,11	-3,182**
Normativa			
Existe uma força laboral com estudos universitários	2,92	1,034	-2,893**
Cognitiva			
Existe uma força laboral com experiência prestação de serviços e atendimento ao cliente	2,70	2,91	-1,770†
Muitas pessoas conhecem as exigências que em matéria de qualidades têm os clientes	2,65	2,91	-2,264*

Legenda: † p<0,1, *p<0,05, **p<0,01

Nota: n = número de indivíduos. Fonte: Elaboração própria.

infraestruturas físicas (e.g., janelas únicas para a constituição de empresas), e o desenvolvimento do capital humano necessário para suportar a atividade empreendedora (e.g., os planos de formação formal e contínua que incluem as disciplinas de gestão

empresarial e empreendedorismo). Assim, somente quando a qualidade do ambiente regulativo para o empreendedorismo gera oportunidades de negócios no setor do turismo, é que estas são percebidas pelos indivíduos, tal como mostra a evidência empírica

encontrada, segundo a qual, as decisões empresariais tomadas, visam tirar benefícios de tais oportunidades. Pelo contrário, uma baixa qualidade do ambiente regulativo proporcionará baixo empreendedorismo.

Proposição 1: Quanto maior é a qualidade das estruturas regulativas para o empreendedorismo turístico numa PEID, maior será a atividade empreendedora nesse território.

A dimensão normativa inclui valores culturais, socialmente compartilhados e assimilados pelos indivíduos, priorizando crenças e obrigações morais para orientar as decisões empresariais (Scott, 1995). Assim, e em primeiro lugar, Tominc e Rebernik (2007) argumentam que o facto de que a sociedade da qual o indivíduo faz parte considera que a própria empresa é uma opção profissional desejável ou que confere respeito e elevado estatuto para aqueles que se destacam em seus negócios, encoraja o comportamento empreendedor, em busca de mais oportunidades de negócios de sucesso. García-Cabrera e García-Soto (2008), em segundo lugar, ao analisar as instituições regulativas nas PEID, descobriram que quando os valores culturais enfatizam a proatividade, a assertividade e a orientação ao sucesso material, as pessoas que foram educadas sob tais valores, mostram, por conseguinte, maior espírito empreendedor e procuram identificar oportunidades de negócios. Estes resultados são consistentes com a evidência empírica encontrada nesta pesquisa. Neste sentido, vale a pena destacar, que a existência de valores que primam pela qualidade do serviço prestado ao cliente é fundamental para o empreendedorismo no referido setor.

Proposição 2: Quanto maior é a ênfase que as estruturas normativas conferem ao empreendedorismo turístico baseado na qualidade de serviço numa PEID, maior será a atividade empreendedora nesse território.

A dimensão cognitiva reflete o conhecimento compartilhado num determinado território sobre as decisões empresariais adequadas para alcançar o sucesso no mundo dos negócios. As práticas empresariais representam uma forma de

comportamento que não é reflexivo, autosustentável, que surge como resultado de ações repetidas ao longo do tempo, (Scott, 1995). Sob a dimensão cognitiva, as decisões do indivíduo reduzem as incertezas e ganham legitimidade caso adotar o quadro comum de referência (Scott, 1995) e imitar os comportamentos e ações enquadrados nesse âmbito. Com efeito, este conhecimento empresarial deve ser adequadamente divulgado para que a ele possam aceder tanto os atuais como os potenciais empreendedores, por exemplo, publicando nos *media*, experiências de empresários de sucesso, de modo que tais instituições cognitivas possam orientar as decisões de quem delas precise nesses territórios. O trabalho realizado em Cabo Verde, uma PEID, reflete a importância desse conhecimento, especialmente, quando não se conhece o nível de exigências que em termos de qualidade, os clientes têm e a melhor forma de prestação, direcionada a aumentar os níveis de satisfação ao cliente. Além disso, os resultados confirmam a ideia inicial de que os empresários tendem a imitar os modelos de sucesso adotados, tanto por empresas locais, como estrangeiras (comportamento isomórfico).

Proposição 3. Quanto maior é o desenvolvimento e a difusão de estruturas cognitivas que facilitam modelos de empreendedorismo turístico, baseados na qualidade de serviços numa PEID, maior será a atividade empreendedora nesse território.

6. Conclusões

A discussão teórica e empírica desenvolvida neste trabalho permitiu chegar a conclusões úteis, tanto do ponto de vista académico, como sobre as práticas relacionadas com o empreendedorismo turístico nas PEID. Estas conclusões podem ser classificadas em duas categorias, a saber: (i) a adequação da teoria neoinstitucional como referencial teórico adequado para o estudo dos condicionalismos do ambiente que afetam a

implementação da especialização turística nas PEID; e (ii) a identificação das estruturas institucionais com potencial influência no empreendedorismo turístico.

Assim, em primeiro lugar, deste trabalho derivam argumentos que suportam a adequação da teoria neoinstitucional ao contexto particular que representam as PEID e os desafios que enfrentam em termos de especialização turística para a promoção do seu desenvolvimento socioeconómico. A necessidade dessa adequação confirmou-se, visto que a teoria neoinstitucional enfatiza a importância das instituições formais ou leis, mas também, das informais, mais relacionadas com as normas culturais e os conhecimentos enraizados na população. Assume-se, deste modo, que tanto umas como outras afetam o desenvolvimento da economia. O trabalho empírico deste estudo, especificamente, corrobora a existência e a relevância das instituições informais numa PEID, facto que não pode ser subestimado, dado o corpo legislativo frágil que geralmente existe nessas regiões com economias em desenvolvimento. Assim, na ausência de regulamentação suficiente, são as normas culturais e os conhecimentos enraizados na população, as que orientam o processo decisório em matéria de empreendedorismo turístico. Estas instituições informais são dificilmente moldáveis pelas autoridades, ou para que o sejam exigem um longo período de tempo, porque elas não podem ser impostas mediante decretos (Silva, 2007). As instituições informais dão inclusive origem às leis e propiciam a sua transformação na maneira como influenciam as decisões do Legislador, daí a grande relevância das mesmas.

Neste sentido, se as instituições informais enfatizam a qualidade de serviço ao cliente, tal como foi encontrado para o caso particular de Cabo Verde, vale esperar um desenvolvimento legislativo posterior que vise garantir a almejada qualidade e evitar, assim, possíveis comportamentos oportunistas de empresários que poderiam prejudicar a reputação, que na qualidade de destino turístico, essa PEID deseja. Por outro lado, uma

regulamentação contrária às crenças culturais e aos conhecimentos enraizados na população seria pouco eficaz, não só pelo carácter oposto ou inconsistente entre umas e outras instituições, que em vez de se reforçarem mutuamente, entrariam em conflito. Isto porque num contexto de ineficiência judicial, comum em territórios em vias de desenvolvimento, as instituições regulativas poderiam ser infringidas, sem grande custo para os 'charlatões' e/ou aqueles que ignoram o seu cumprimento.

Nesta linha, esta discussão postula que as entidades políticas devem realizar maiores esforços no sentido de conciliar, no tempo, as instituições regulativas de natureza formal (e.g., normalmente aprovadas com significativo atraso), com as instituições informais, promulgando, pontualmente, aquelas leis e decretos que reforcem as instituições informais válidas e favoráveis à ação empreendedora, alcançando assim, a consistência institucional necessária nesses territórios. Especificamente, devido à esta força das instituições formais nas PEID, as autoridades deviam apenas formular políticas e promover medidas que sejam consistentes com os quadros históricos, socioculturais, económicos e tecnológicos dos seus territórios, claramente articulados por meio de instituições informais. Consequentemente, embora ao Estado corresponda um conjunto de papéis que o tornam agente protagonista nesse processo de mudança institucional, direccionada à especialização turística numa PEID, os empresários também têm que desempenhar os papéis que lhes são reservados, sendo que ambos não têm que necessariamente replicar o que é feito noutras paragens (Caballero & Kingston, 2005).

Com base nessas ideias, parece apropriada a sugestão de Trevino, Thomas e Cullen (2008), que alertam que, enquanto os Governos devem promover reformas nas três dimensões institucionais (cognitiva, normativa e regulativa), devem estar cientes de que são, precisamente, as mudanças que são acompanhadas de uma menor reforma legislativa, as que alcançam melhores resultados, dado que

uma simples mudança de regras formais não produz necessariamente os efeitos pretendidos (Caballero & Kingston, 2005). Portanto, parece necessário começar, em primeiro lugar, da legitimação dos níveis cognitivos e normativos para que as pessoas possam aceitar de forma natural as mudanças e, posteriormente, venham a considerá-las como consolidadas e só então passar para a sua regulação, atribuindo-lhes a forma de leis ou constituições, afetando assim o pilar regulativo. Nesta linha, Trevino et al. (2008) propõem uma metodologia, na qual, a mudança institucional se processe de forma faseada, começando do pilar cognitivo, passando posteriormente para o normativo e, finalmente, para o regulativo.

Relativamente à esta ação do Governo que visa desenvolver estruturas cognitivas adequadas para o empreendedorismo, neste trabalho ficou provada a importância tanto do impulso das atividades de formação, destinadas a desenvolver as melhores práticas entre os empresários, como a difusão das mesmas práticas no seio da população, o que passa, entre outros, pelo desenvolvimento de programas de difusão de experiências empresariais de sucesso. Da mesma forma, as ações formativas destinadas a facilitar o conhecimento das instituições regulativas criadas para incentivar a criação de novas empresas também podem contribuir para o objetivo procurado. Dado que estas medidas estão claramente conectadas com o desenvolvimento de níveis mais elevados de formação e informação da população sobre questões relevantes para a empresa e o empreendedorismo, a proposta apresentada neste artigo é coerente com o pensamento de North (2005), ao postular que os processos de mudança institucional requerem de um enorme investimento económico em capital humano.

De acordo com este corpo de conclusões ou descobertas, uma segunda contribuição deste trabalho consiste em fornecer um conjunto de instituições normativas e cognitivas que devem ser avaliadas em qualquer PEID, como um passo prévio para a formulação de novas leis e decretos por parte das autoridades políticas. Além disso, para

o caso particular de Cabo Verde, oferece-se neste trabalho, uma avaliação específica de uma amostra da sua população residente nos principais destinos turísticos. Neste sentido, foram identificadas claramente as instituições de natureza regulativa, normativa e cognitiva que são particularmente relevantes para o grupo de empresários perante o resto da população residente nessa PEID, orientando, assim, a ação política que visa criar um quadro institucional adequado ao fomento do empreendedorismo nesses destinos turísticos. Importa destacar, ainda, o elevado protagonismo que as instituições normativas e cognitivas têm na qualidade do atendimento e serviço ao cliente, um atributo de grande importância para o sucesso da atividade turística, em qualquer país.

Referências bibliográficas

- Buhalis, D. (1999). Tourism in the Greek Islands: The issues of the peripherality, competitiveness and development. *International Journal of Tourism Research*, 1(5), 341-359.
- Caballero, G., & Kingston, C. (2005). Cultural change, institutional dynamics and cognitive science: toward a multidisciplinary comprehension of economic development. *Revista de Economía Institucional*, 13, 1-7.
- De Clercq, D., Danis, W. M., & Dakhli, M. (2010). The moderating effect of institutional context on the relationship between associational activity and new business activity in emerging economies. *International Business Review*, 19, 85-101.
- García-Cabrera, A. M., & García-Soto, M. G. (2008). Cultural differences and entrepreneurial behavior: An intra-country analysis in Cape Verde. *Entrepreneurship & Regional Development*, 20, 451-483.
- Huang, Y., & Sternquist, B. (2007). Retailer's foreign market entry decisions: An institutional perspective. *International Business Review*, 16, 613-629.
- Instituto Nacional de Estatística [INE] (2013). *Cabo Verde*. Acedido a 20 de junho de 2013, disponível em <http://www.ine.cv>
- Liu, A., & Wall, G. (2006). Planning tourism employment: A developing country perspective. *Tourism Management*, 27, 159-70.
- Logossah, K., & Maupertuis, M. (2007). La spécialisation touristique des petites économies insulaires en développement est-elle une voie de croissance durable?. *Revue d'Économie Régionale & Urbaine*, 1, 35-55.
- North, D. C. (1993a). Instituciones, cambio institucional y desempeño económico. México: INDIVIDUOFondo de Cultura Económica.
- North, D. C. (1993b). Institutions and credible commitment. *Journal of Institutional and Theoretical Economics*, 149(1), 11-23.

- North, D. C. (2005). *Understanding the process of economic change*. Princeton: University Press.
- Organización Mundial del Turismo (2012). *Barómetro del turismo mundial*. Acedido a 15 de junho de 2013, disponível em <http://www.unwto.org>
- Rosário, G. do (2011). *Empresas & negócios de Cabo Verde: Cabo Verde é um país de oportunidades de negócios*. *Revista Iniciativa*, 39, 2-7.
- Scott, W.R. (1995). *Institutions and organizations*. CA: Sage, Thousand Oaks.
- Silva, L. (2007). *Institutionalization does not occur by decree: Institutional obstacles in implementing a land administration system in a developing country*. *Information Technology for Development*, 13, 27-48.
- Sousa, J. F. de, Silva, G. G. M. da, & Fonseca, C. C. da (2013). *Relatório preliminar de assistência técnica jurídica no domínio da reforma portuária*. Cabo Verde: ENAPOR.
- Tominc, P., & Rebernik, M. (2007). *Growth aspirations and cultural support for entrepreneurship: A comparison of post-socialist countries*. *Small Business Economics*, 28, 239-255.
- Trevino, L. J., Thomas D., & Cullen, J. (2008). *The three pillars of institutional theory and FDI in Latin America: An institutionalization process*. *International Business Review*, 17, 118-133.
- United Nations Conference on Trade and Development [UNCTAD] (2010). *Conferencia de las Naciones Unidas sobre Comercio y Desarrollo*. Acedido a 10 de junho de 2013, disponível em <http://unctad.org>
- Urbano, D., Díaz, J. C., & Hernández, R. (2007). *Evolución y principios de la teoría económica institucional. Una propuesta de aplicación para el análisis de los factores condicionantes de la creación de empresas*. *Investigaciones Europeas de Dirección y Economía de la Empresa*, 13(3), 183-198.